



PROJETO DE RESOLUÇÃO

Recomenda a manutenção e a recuperação urgente dos canais de rega e medidas de apoio aos regantes

Os poios e levadas constituem-se enquanto elementos estruturantes de uma paisagem humanizada que nos singulariza e que ajuda a promover o turismo que, como sabemos, é o setor económico com maior fonte de receita na economia regional. Neste contexto as levadas e os canais de rega da Madeira, enquanto elemento crucial na agricultura madeirense e como cartaz turístico, são um património natural e histórico que importa acautelar.

As levadas da ilha da Madeira, com a construção iniciada com o povoamento da Madeira, em meados do século XV, constituem um exemplar único do ponto de vista da engenharia hidráulica, uma obra notável que tem vindo a desempenhar um papel fulcral no desenvolvimento da ilha, suportado por uma economia agrícola.

Estes canais de rega, pela sua importância e pela sua dimensão universal e valor excecional, são um dos exemplos mais relevantes da interação dos interesses económicos, sociais e ambientais associados à correta e sustentável gestão e administração da água, sendo responsáveis pelo transporte das águas das nascentes do norte da ilha até ao sul, mais seco, mas com melhores condições de cultivo.

Atualmente existe na Região Autónoma da Madeira (RAM), uma rede hidrográfica constituída por cerca de 2 500 km de levadas que abastecem mais de 13 000 explorações agrícolas, sendo que 92,1% das explorações usufruem total ou parcialmente da água de rega proveniente das levadas.

Estima-se que cerca de 40 000 pessoas dependam diretamente da agricultura, sendo particularmente vulneráveis às catástrofes que destroem ou danificam colheitas,



equipamentos, mas acima de tudo, pela falta de intervenção nos canais secundários do sistema multimunicipal de água de rega da RAM.

O JPP tem vindo a alertar para as debilidades de um sistema com uma significativa e progressiva redução do caudal disponível para regadio e para a importância extrema da aposta na manutenção/substituição continuada das redes secundárias de regadio agrícola, tomando, inclusivamente, a iniciativa de propor uma audição parlamentar à Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

Na referida audição parlamentar, no passado dia 24 de julho de 2015, a Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais omite qualquer documento ou informação concreta, declarando apenas que *“existe uma necessidade de intervenção nos canais secundários, que está já identificada e faz parte do plano de investimentos da ARM (Águas e Resíduos da Madeira, S.A.), para os próximos 5 anos, com um valor estimado de 30 milhões de euros”*. Ainda na mesma audição parlamentar declara que esta rede sofreu, ao longo dos últimos 15 anos, diversas intervenções, em canais principais, constituindo um investimento na ordem dos 50 milhões de euros, de forma a colmatar as perdas de água de rega que, na em 2003, estava estimada em 45%. Esta informação avançada pela Secretária Regional vai ao encontro de documentos públicos do IGH (Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A.), atual ARM, onde referem a existência de *“perdas de água significativas”* ou *“elevado volume de perdas”* nas levadas de rega da Madeira.

Após as declarações da Secretária Regional com a tutela, é possível aferir que há um orçamento previsto para a requalificação dos canais de água de rega secundários, na ordem dos 30 milhões para os próximos 5 anos. ***Contudo, não foram apontadas as linhas orientadoras que apoiam a priorização das opções e identificação de medidas, instrumentos ou iniciativas que já tenham sido aplicadas ou que estejam em curso que permitam fazer face aos problemas identificados.*** Assim:



- Considerando a água enquanto recurso escasso, torna-se necessário uma aposta estruturada na melhoria da eficiência e eficácia do seu uso.
- Considerando a necessidade de otimizar o uso dos recursos na atividade agrícola, em geral, e otimizar os fatores de produção, em particular. Esta necessidade resulta, não só do seu impacto na melhoria da competitividade mas, fundamentalmente, da exigência de uma atividade agrícola que se pretende que seja cada vez mais sustentável;
- Considerando a transparência e rigor inerente à utilização de fundos públicos e a necessidade de implementar novos modelos de financiamento para a reparação dos canais de rega, incentivos aos agricultores e a adoção de métodos de regadio inovadores, obrigam o conhecimento público das decisões, investimentos e contas da A.R.M.;
- Considerando os dados recentes, que demonstram que a agricultura na Madeira poderá sofrer alterações na produtividade devido ao aumento da temperatura, à redução da precipitação e ao aumento da concentração atmosférica de CO₂;
- Considerando que a redução da disponibilidade hídrica esperada para os períodos futuros é um fator limitante e determinante para a vulnerabilidade da agricultura na Madeira, o que obriga a um repensar de métodos e estratégias de cultivo e de armazenamento de água;
- Considerando as consequências sociais e económicas para os agricultores e seus agregados familiares, causadas pela redução do caudal de água de rega contratada, seja pelo mau estado em que se encontram as levadas ou, até mesmo pela falta de limpeza das bases e laterais das mesmas.



Deste modo, em conformidade com a Constituição da República e com o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira e, de acordo com o Regimento, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira recomenda ao Governo da Região Autónoma da Madeira que:

- 1) Proceda a uma inventariação detalhada das obras de manutenção a efetuar nos canais de água, principalmente, os canais secundários que abastecem os agricultores.
- 2) Crie um Plano Estratégico Integrado para a reparação de toda a rede de abastecimento de água de rega.
- 3) Crie um programa de medidas de compensação financeira aos agricultores e regantes prejudicados pelo incumprimento do contrato de abastecimento da água de rega, com a diminuição do caudal de rega.